

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO NAS ESCOLAS TÉCNICAS SOBRE A PRÁTICA DA AUTOAVALIAÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DA ESCADA-PE

Aldemir Lima da Silva Junior; Kelly Cristini Coelho de Moraes

Faculdade Escritor Osmar da Costa Lins (FACOL); aldemirlima@hotmail.com.br

Resumo: Este estudo centraliza-se sob a avaliação institucional, ao qual se questiona: Como os gestores escolares se apropriam da sistemática da avaliação institucional como instrumento a fim de garantir a melhoria da qualidade educacional nas escolas técnicas do município da Escada-PE? Visa investigar a sistemática da avaliação institucional como instrumento de gestão educacional. Nossa hipótese é que provavelmente os gestores educacionais das escolas técnicas do município da Escada-PE aparentemente não dispõe de uma prática efetiva da avaliação institucional nas unidades escolares. A abordagem é qualitativa, tipo descritiva e foi realizada em duas escolas técnicas. Os sujeitos foram dois gestores escolares. O instrumento foi um questionário com questões abertas e fechadas. Os resultados apontaram o perfil profissional e, interfere na sistemática da avaliação institucional e os sujeitos respondem parcialmente a concepção da avaliação institucional.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Escolas Técnicas, Gestão Educacional.

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira possui caráter: universal, gratuito, obrigatório e de plena igualdade, dar-se por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e posteriormente pela Constituição Federal (1988), que em seu artigo de nº. 206 estabelece que o ensino seja ministrado em alguns princípios, sendo eles: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] IX – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Dado os seguintes princípios dissemina-se a intensificação da expansão da oferta de ensino (BRASIL, 1988).

Expansão do ensino essa que confere a qualquer cidadão e as entidades de classes o direito de usufruir da educação escolar pública que é direito subjetivo, e que deve ser garantido pelo Estado. Nesse contexto, no plano iminente acentua-se na agenda política educacional um processo da qualidade educacional que é abordado no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu inciso IX: uma “garantia de padrão de qualidade”, qualidade essa que Libâneo (2013, p. 61), refere-se como sendo “atributos ou características da sua organização e funcionamento quanto ao grau de excelência baseado numa escala valorativa”, ou seja, um parâmetro de qualidade no que tange os

princípios de eficácia e eficiência nos processos pedagógico, administrativo, financeiro e de governança institucional.

Frente essa dualidade relacional entre a oferta e qualidade, põe-se em xeque uma questão situacional caracterizado segundo Esquinsani (2014, p. 486), como a crise atual da educação: “relação entre acesso, permanência, sucesso escolar”, relação essa que inicia-se com a ampliação de do quantitativo de vagas, “para a massa da camadas populacionais aos bancos escolares, como sinônimo de democracia e desenvolvimento” sendo que tal universalização não figura como garantia de qualidade da educação (ESQUINSANI, 2014, p. 486).

Para efetivar essa garantia da qualidade educacional surgem a partir da década 1990, as primeiras experiências da avaliação institucional para atender à melhoria dos projetos políticos sistematizando assim, as ações educacionais e propondo mudanças por todos os envolvidos no processo, tais como professores, funcionários, alunos, egressos, familiares e comunidade escolar (SAVIANI, 2011, p. 439).

Além disso, a avaliação institucional figura como sendo uma estratégia fundamental, indispensável e de grande valia para que efetivamente atinja a garantia da qualidade educacional, tendo por objetivo a “observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática escolares”, promovendo assim a melhoria contínua dos resultados educacionais de forma a perpassar todas as dimensões de atuação da escola, tendo como foco a formação e aprendizagem (LÜCK, 2012, p. 39).

O marco inicial das Escolas Técnicas dar-se no ano de 1909, por meio do seguinte decreto de nº. 7.566, publicado em 23 setembro de 1909, tendo caráter de abrangência federal no Brasil no que refere-se ao ensino profissional, científico e tecnológico as escolas técnicas visa conceber aos jovens acesso à formação profissional (BRASIL, 2011, p.1)

No entanto, ressalto que a opção por essa investigação originou-se de um estudo promovido por Silva Junior (2016), realizado no município da Escada-PE, que acerca a avaliação institucional com foco em outros aspectos e por amostragem de lócus investigativo, percebemos a importância de fomentar a continuidade do estudo frente a seguinte **questão**: Como os gestores escolares se apropriam da sistemática da avaliação institucional como instrumento a fim de garantir a melhoria da qualidade educacional nas escolas técnicas do município da Escada-PE?

A nossa **hipótese** é a de que provavelmente os gestores educacionais das escolas técnicas do município da Escada-PE aparentemente não dispõe de uma prática efetiva da avaliação institucional nas unidades escolares.

Nesse sentido, este estudo define-se como **objetivo geral**: investigar a sistemática da avaliação institucional como instrumento de gestão educacional, tendo como **objetivos específicos**: verificar o perfil dos gestores educacionais das escolas técnicas do município da Escada-PE, bem como o que eles entendem por avaliação institucional e compreender como acontece a sistemática da avaliação institucional.

O presente estudo se justifica na urgência de subsidiar e disseminar nos Sistemas de Ensino Municipais a importância em dispor de um sistema próprio de avaliação institucional, estruturado frente aos atos normativos a fim de diligenciar o estabelecimento de políticas educacionais de resultados e de responsabilização que constituam-se em mudanças gradativas nos processos gestores das instâncias e instituições de ensino intencionando a concreta qualidade do ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia definir-se-á segundo Deslandes (2009, p. 14) como o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Desta forma, a metodologia dar-se sendo o caminho para realização ou concretização de algo.

O método de pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo descritiva. A pesquisa qualitativa do tipo descritiva é quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, que descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV, 2013, p. 52).

- **Local de Investigação**

O presente estudo ocorreu nas Escolas Técnicas da cidade de Escada-PE, região metropolitana do Estado de Pernambuco, selecionada previamente por meio da plataforma digital³ do Ministério da Educação, que figurou como *lócus* investigativo ambas Escolas Técnicas denominadas de Escola A e B.

Escola A – Figura sendo uma escola pública estadual, alocada no perímetro urbano na BR 101, Km 124 Sul, S/N, Bairro: Riacho do Navio. A escola possui: prédio próprio, água de cisterna, água de rio ou córrego, energia elétrica da rede pública,

esgoto sanitário por fossa e coleta de lixo periódica. A sua estrutura física com dependências não acessíveis, tais como: sala de diretoria, Sala de coordenação de pólo, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, 13 salas existentes, 69 computadores na escola, 67 funcionários, acesso à internet e banda larga.

A referida escola perfaz um total de matrículas ativas de 323 alunos no ensino médio integrado e ensino profissional nos cursos de técnico em administração, técnico em rede de computadores, técnico em logística. Na modalidade Educação à Distância a instituição oferta os cursos, tais como: técnico em multimeios didáticos, técnico em secretaria escolar, técnico em hospedagem, técnico em serviços de restaurante & bar, técnico em comércio, técnico em logística, técnico em recursos humanos, técnico em administração, técnico em design de interiores, técnico em informática e técnico em segurança do trabalho.

Escola B – É uma instituição particular mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Escada (SOESE), localizada a sede na Rua Coronel Antônio Marques, nº. 67, Bairro: Centro. A escola possui: prédio próprio, água encanada, energia elétrica da rede pública, esgoto sanitário por fossa e coleta de lixo periódica. A sua estrutura física conta dependências acessíveis, tais como: sala de diretoria, sala de coordenação, sala de professores, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, núcleo administrativo, blocos de salas de aulas, núcleo de biblioteca com acervos, videoteca, acervo áudio visual, jornais, revistas e periódicos, cabines para estudos individuais e estudos coletivos, cabines com microcomputadores interligados à internet e serviços de wireless, serviços de cantina e serviços de copiadora e papelaria todos internos e aos estudantes para o atendimento acadêmico.

A referida escola perfaz um total de matrículas ativas de 500 alunos do ensino fundamental anos finais, ensino médio e ensino médio profissional no curso de técnico em enfermagem de forma subsequente.

- **Sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos deste estudo foram 02 (duas) gestoras das escolas técnicas da cidade de Escada-PE, sendo a primeira gestora de uma escola técnica pública estadual denominada “G1” e a segunda gestora de uma escola técnica de iniciativa privada doravante denominada por “G2”, a adesão por tais nomenclaturas na definição dos sujeitos, tendo objetivo a fim da garantia de anonimato dos sujeitos do estudo.

No intuito de apresentarmos o perfil profissiográfico dos participantes pesquisados, informando-lhe a situação funcional e seus respectivos tempos de experiência como gestores escolares das escolas técnicas da cidade de Escada-PE, tal como disposto sinteticamente na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil de Formação e Profissional dos Sujeitos

SUJEITO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	TEMPO DE TRABALHO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
G1	Efetivo	14 anos	Licenciatura em Letras
G2	Celetista	10 anos	Licenciatura em Matemática

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

- **Instrumentos de Coleta de Dados**

Para a realização da pesquisa foi considerado o seguinte instrumento de coleta de dados: um questionário com questões abertas e fechadas que segundo Prodanov (2013, p. 105) é uma técnica de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes.

- **Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados**

O tratamento de dados da pesquisa considerará a análise de conteúdo que segundo Lüdke (2013, p. 45) apresenta sendo uma técnica de aplicação bastante variada e que quando se esgota permite a possibilidade de interação com o material coletado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste espaço discutiremos a sistemática repercutida da avaliação institucional como instrumento de gestão educacional, bem como as concepções das gestoras acerca do objeto de estudo, ora o perfil dos sujeitos e compreender os desdobramentos sistêmicos da avaliação institucional nas escolas técnicas do município da Escada-PE, a fim de elencarmos possivelmente encaminhamos aos problemas apresentados.

- **Perfil dos Gestores**

A verificação do perfil profissional dos sujeitos participantes da pesquisa, deu-se afim de obter informações, tais como sobre: cursos de atualização na área de gestão educacional, qual a composição profissional da equipe gestora, ou seja, os profissionais que compõe a frente de trabalho de cada gestor, bem como a freqüência e a busca de orientação, assessoria e/ou apoio técnico em instâncias educacionais. Complementa-se as informações e que nos dar respaldo e sustenta os objetivos da pesquisa e se tal perfil interfere na forma de como acontece a sistemática da avaliação institucional, verificamos tais perfis sinteticamente na tabela a seguir:

Tabela 3 – Identificação do Perfil Profissional dos Sujeitos

	G1	G2
Regime de Vínculo	Apenas Nomeação	Processo Misto: Nomeação/Eleição
Cursos de Atualização na Área de Gestão	Gestão Pública (PROGEPE)	Administração e Gestão Escolar
Exercício de atividades extra	Sim, ambas gestoras atuam em outras atividades correlatas na área educacional	
Equipe Gestora (Frente de Trabalho)	Analista Educacional; Secretária e Coordenador Técnico.	Coordenação Pedagógica; Assessoria Pedagógica, Supervisor de Disciplina; Secretária e Auxiliar Administrativo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Deprendemos que de fato o perfil profissional e a formação do gestor educacional, interfere de forma significativa na maneira que é desvelada as atividades educacionais, bem como na sistemática da avaliação institucional. Tendo em vista que G1 possui curso de atualização em gestão pública, exerce outras atividades correlatas da área educacional e possui uma equipe de suporte bem reduzida em contraponto a G2 que possui especialização em administração e gestão escolar, exerce outras atividades correlatas da área educacional e possui uma equipe de suporte além do que podemos determinar por parâmetro. Em síntese, o porquê de tanta ênfase na composição da equipe gestora, podemos assim determinar de acordo com a demanda das atribuições a qual o gestor se debruça e ficando em segundo plano a sistemática da avaliação institucional.

Quanto a frequência e busca de orientação, assessoria e apoio técnico a instâncias educacionais superiores, tais como Ministério da Educação, Instituições de Ensino Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Secretaria Estadual e Municipal de Educação. G1 afirma que sempre recorre a tais instâncias, já G2 afirma raramente recorre ao Ministério da Educação e a Secretaria Municipal de Educação para orientação, assessoria e apoio técnico.

- **A concepção sobre a Avaliação Institucional por parte dos gestores**

Inicialmente buscamos compreender a concepção de avaliação institucional para cada um dos sujeitos, ou seja: questionamos os participantes arguindo-os quanto ao que é Avaliação Institucional para eles? Neste contexto segundo Lück (2012, p. 39) a avaliação institucional consiste em um “processo sistemático, abrangente e contínuo de observação, coleta e análise de dados, interpretação e julgamento da realidade e prática escolares”, e que objetiva “contribuir para a melhoria contínua do trabalho educacional”, já para os sujeitos pesquisados, dar-se em uma outra ótica, conforme transcrição a seguir:

“Maneira de ter um olhar sobre toda a escola a partir, dos resultados coletados e a procurar buscar soluções e melhorias dos problemas elencados” (G1)

“É uma atividade sistemática que nos permite identificar o desempenho da instituição. Está nos favorece a oportunidade de detectar avanços e conquistas, como também problemas e reorganização das ações para possíveis soluções” (G2)

Em suma, observa-se um distanciamento entre a colocação literal da autora e com o posicionamento dos sujeitos da pesquisa, no que compete a concepção esclarecida dos gestores escolares das escolas técnicas do município da Escada-PE quanto a avaliação institucional, depreende-se que os sujeitos respondem parcialmente ao questionamento, sendo a avaliação institucional de fato um processo sistemático, não uma mera maneira ou atividade, processo esse que é de caráter abrangente, contínuo e ainda vou mais além destacando a forma global de uma avaliação própria da instituição de ensino.

- **Realização e sistemática da avaliação institucional**

Ao inquirir os gestores quanto a realização da avaliação institucional, ambas gestoras se posicionam no caráter afirmativo para a realiza a avaliação institucional, ambas com objetivos distintos, sendo que G1 “para observar avanços e

retrocessos da gestão”, já para (G2) “com o objetivo de estar avaliando os serviços educacionais oferecidos”. Em continuidade a confrontação teórico-empírico dos dados coletados, devemos realizar a retomada da discussão outrora realizada do caráter sistemático, global, abrangente e contínuo segundo Lück (2012, p. 39), e não só para observar questões pontuais e julgar o serviço educacional oferecido como se o processo educacional fosse meramente um produto final acabado, depreende-se que os sujeitos respondem parcialmente ao questionamento.

No que tange a prática da avaliação institucional nas referidas instituições de ensino para ambas tem caráter anual, para G1 apenas é “realizado com os alunos do ensino médio de forma integral e integrado”, já para G2 com a “participação de todos os envolvidos na comunidade escolar”, para G1 a avaliação institucional é realizada visando digamos assim com uma pequena parcela do processo educacional, não respondendo ao questionamento. G2 já se posiciona em uma visão dimensional clarificada da avaliação institucional que perpassa todos os processos, ou seja, avalia a instituição como um todo.

Os sujeitos da investigação respondem a questão objetiva, plenamente assinalando todas as alternativas quanto ao papel que exerce a avaliação institucional, tais como: melhorar as práticas administrativas e pedagógicas, constituição a identidade institucional da escola, traçar estratégias para a gestão coletiva, democrática e participativa, para o autoconhecimento, processo de auto-avaliação, construção coletiva, *feedback*, processo de transformação, processo aberto e contextualizado, responsabilidade e prestação de contas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, após análise dos dados levantados no questionário aplicado com os gestores das escolas técnicas da cidade de Escada-PE, constatou-se que a existência e a efetivação da sistemática da avaliação institucional, efetivação essa qual apresenta rupturas no processo.

Seguem abaixo, alguns itens conclusivos dessa pesquisa:

- O perfil profissional e a formação do gestor educacional, interfere de forma significativa na maneira que é desvelada as atividades educacionais, bem como na sistemática da avaliação institucional;

- Distanciamento entre o literal e com o posicionamento dos sujeitos da pesquisa, no que compete a não concepção clarividente dos gestores escolares das escolas técnicas do município da Escada-PE quanto a definição da avaliação institucional;
- A realização da avaliação institucional não visa apenas observar questões pontuais e/ou julgar o serviço educacional oferecido como se o processo educacional fosse meramente um produto final acabado;
- Quanto a frequência e busca de orientação, assessoria e apoio técnico a instâncias educacionais superiores, tais como Ministério da Educação, Instituições de Ensino Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Secretaria Estadual e Municipal de Educação;
- Quanto a prática da avaliação institucional deve ser encarada como uma avaliação da instituição como um todo;
- Os sujeitos da investigação respondem a questão objetiva, plenamente assinalando todas as alternativas quanto ao papel que exerce a avaliação institucional, como é que assinalam as alternativa e de forma subjetiva não fica evidente.

É preciso considerar a necessidade de repensarmos a sistemática da avaliação institucional a fim de debruçamos em tal prática e não a deixar como plano de fundo, bem como fomentar parcerias com instancias educacionais superiores a fim de subsidiar tal prática na orientação, assessoria e apoio técnico, independentemente no nível de ensino que compete a cada qual visando a garantia da qualidade educacional de fato e de direito. Disseminar a avaliação institucional como uma avaliação própria da instituição de ensino, global, sistemática, abrangente e contínua. A urgência dos consultores técnicos, pesquisadores da área e instâncias educacionais promovam conferências públicas a fim de gerar discussões no campo de estudo e instrumentos avaliativos institucionalmente falando que contemple toda a educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS

ARAÚJO, A. C. **A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009.

BELLONI, I. **Avaliação Institucional:** um instrumento de democratização da Educação. Linhas Críticas, 5 (9): 31-58, jul-dez, 1999.

BRASIL. **Surgimento das escolas técnicas.** Brasília, 5 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Sistema de Educação Brasileiro.** 2010?. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=36&Itemid=588&lang=br> Acessado em: 13 jun 2017.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Modalidades Ofertadas.** 2010?. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=19&Itemid=555&lang=br> Acessado em: 13 jun 2017.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. RJ: Vozes, 28 ed. 2009.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. **Avaliação institucional:** teoria e experiência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

ESQUINSANI, R. S. S.; DAMETTO, J. **A produção do discurso em política educacional:** lugares e verdades. Práxis Educativa (UEPG. Online), v. 9. 2014. p. 485-501.

GADOTTI, M. **Avaliação institucional:** necessidade e condições para a sua realização. Instituto Paulo Freire, 2010.

GATTI, B. A. **Avaliação Institucional:** processo descritivo, analítico ou reflexivo?. Revista Estudos em avaliação educacional, v. 17, n. 34, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora. 2013.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **Perspectivas da avaliação institucional da escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Ano 23, Vol. 2, 2007.

NOSELLA, P. **Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica**, Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, **2. ed.** 2013.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 3, jan./abr. 2007

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 3 ed. 2011.

SILVA JUNIOR, A. L. **Avaliação Institucional no Município da Escada-PE: Um estudo das ações desenvolvidas pelo Gestor Municipal e Escolar frente aos resultados do SAEPE 2014**. ESCADA: FAESC, 2016.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE**. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>>. Acesso em: 14 jun.2017.